

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Quero fazer o registro da presença do prefeito da cidade de Ouro, Vitor João Faccin, que trata de assuntos de interesse do município na nossa Capital, também conversávamos no meu gabinete. E neste momento, o prefeito está acompanhando esta sessão. Na oportunidade, quero cumprimentá-lo pelo brilhante governo que vem fazendo frente aos destinos da sua cidade.

Mas, sr. presidente, eu gostaria de trazer a esta tribuna um anúncio importante que fala inclusive sobre informações que extraí hoje do *Jornal Portal Brasil*, já está decidido, que os brasileiros passarão a contar, a partir ainda deste ano, com um dos tratamentos mais avançados e inovadores disponíveis do mundo para o tratamento da hepatite C.

(Passa a ler.)

"A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec decidiu, por unanimidade, recomendar que esses medicamentos passem a ser utilizados no SUS.

O novo tratamento, composto pelos medicamentos daclatasvir, sofosbuvir e simeprevir, tem uma taxa de cura de 90%, significativamente maior que todos os tratamentos utilizados até o momento, e de duração de 12 semanas, contra as 48 semanas de duração da terapia anterior. Outra vantagem é que todo o tratamento é oral, dando mais qualidade de vida e conforto ao paciente. E ainda temos a informação que "para a compra desses medicamentos, nesse primeiro ano, a previsão é de o atendimento de 15 mil pacientes".

Trago este anúncio para a tribuna desta Casa, pela importância e também porque nós, em Santa Catarina, somos uma região com altíssima incidência das hepatites. Esse medicamento para hepatite C, que tem predominância na capital, mas temos também altíssima incidência de hepatite B, especialmente no oeste de Santa Catarina, onde a região se equipara inclusive à região Amazônica em termos de percentual. No passado não existia nenhum tipo de tratamento e nem vacinas, como hoje, por exemplo, temos disponíveis alguns tipos de vacina, especialmente no caso das hepatites A e B.

Nós temos inclusive aqui em Santa Catarina, a Lei n. 15.615, aprovada nesta Casa, de minha autoria, que reserva a terceira semana do mês maio, como sendo a Semana de Combate às Hepatites, inclusive é importante destacar esse assunto.

Nos próximos dias quero encaminhar um pedido de informação à secretaria de estado da Saúde,

visando saber quais foram as ações realizadas durante esta Semana Estadual de Combate às Hepatites, e quais ações a mais foram feitas para esclarecer, alertar a população e, principalmente, para prevenção.

Além disto, está tramitando nesta Casa, um projeto de lei, na verdade, um projeto já aprovado de minha autoria que, infelizmente, não teve ascensão por parte do governador, e está aqui para apreciar o veto. O projeto dispõe sobre a vacinação, distribuição de medicamentos e a realização de exames ao portador das hepatites e dá outras providências.

Trago este assunto, porque vamos votar nos próximos dias este veto, e é mais um daqueles que talvez a área técnica jurídica, seguindo aqueles pareceres padrões, já vai logo considerando inconstitucional, sem observar que é um projeto de suma importância que trata de uma questão fundamental de saúde pública, que é a questão das hepatites. Mas este veto, teremos oportunidade de apreciar aqui nesta Casa.

O fato maior hoje que quero trazer à tribuna, além desses comentários sobre esse projeto, é exatamente o anúncio de que o SUS passará a ofertar esse medicamento, esse tratamento inovador para hepatite C, que tem, como já disse, uma perspectiva, uma taxa de cura de 90%. Portanto, apenas 14 semanas de tratamento. É uma medicação revolucionária em termos desse tratamento.

Quero destacar inclusive aqui a fala do secretário da Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, que diz que o Brasil fez o processo de incorporação muito rápido, porque a hepatite C é um exemplo de que o avanço tecnológico tem produzido impactos em curto prazo. Há dois anos o Brasil foi um dos primeiros a incorporar os inibidores de protease e, agora, somos um dos primeiros países em desenvolvimento e com tamanho da população a incorporar esse novo tratamento.

A previsão é de que a portaria comunicando a inclusão dos medicamentos no SUS seja publicada já na próxima semana. Com isso os pacientes de

hepatite C crônica poderão ter acesso à medicação que será adquirida de maneira centralizada pelo ministério da Saúde.

Portanto, trago essas informações, esse anúncio muito importante.

Deixo registrado também aqui que o estado continue se empenhando e mais ainda nas ações visando à prevenção naquilo que é possível através das vacinas, quando já com o problema detectado, no passado não havia vacina, com o tratamento curativo que é preciso ser feito.

Eu quero destacar isso e lembrar, mais uma vez, da oportunidade que também temos de dar um passo adiante nos próximos dias, quando apreciarmos a matéria, nesse sentido, que vai tramitar aqui nesta Casa Legislativa.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Agradeço, deputado Neodi Saretta, é importante v.exa. levantar essa questão desses novos antivirais para hepatite, e foram considerados um dos maiores avanços em termos terapêuticos nos últimos anos no mundo todo. Quero destacar também, evidentemente, a rápida incorporação dessas drogas ao Sistema Único de Saúde.

No Brasil tem uma coisa muito importante como regra geral: o SUS incorpora a maioria dos produtos que são eficazes. A maioria dessas demandas judiciais que nós temos ou são por desconhecimento das pessoas de alguma coisa que já está no SUS, ou por medicamentos que não são eficazes como existe na Oncologia, que são coisas para beneficiar a indústria farmacêutica que se utiliza das pessoas, da demanda judicial para poder vender seus produtos que, muitas vezes, não tem nenhuma eficácia, comprovação, porque o SUS brasileiro realmente incorpora rapidamente a tecnologia, quando ela vem e quando ela é eficaz.

Meus parabéns pela lembrança dessa questão relativa às hepatites.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Fernando Coruja. Parabéns à v.exa. pela intervenção e pela contribuição a nossa fala a respeito desse importante tema que abordamos na tribuna desta sessão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, comunidade catarinense.

(Passa a ler.)

Participei faz poucos dias da cerimônia de entrega da ordem de serviço para a realização da primeira etapa das obras do sistema de esgotamento sanitário do município de balneário Barra do Sul, em nosso litoral norte. A cerimônia contou com as presenças do governador Raimundo Colombo e do presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, Casan, Valter Gallina. O investimento ultrapassa a R\$ 38 milhões e vai permitir a cobertura da coleta e tratamento do esgoto sanitário em 75% da área urbana do município, hoje administrado pelo prefeito Ademir Borges. A previsão de conclusão das obras é de 28 meses.

Obras como essas demonstram a gestão eficiente da Casan e seu comprometimento com a sociedade catarinense. Como disse o governador Colombo, essa é uma ação muito importante para a comunidade, pois quando se trata de esgoto, imediatamente se diminui o número de doenças e o meio ambiente fica preservado. Ou seja, é uma obra estratégica. O investimento vai beneficiar mais de 17 mil moradores de Barra do Sul, que inclui a população residente no município e a que procura o balneário na temporada de verão. A primeira etapa faz parte do pacote de obras viabilizado através da linha de financiamento obtida pela Casan junto à Agência Japonesa de Cooperação Internacional, a Jica.

Vejam, senhoras e senhores, que serão executadas 2931 mil ligações domiciliares interligadas a uma rede de coleta com extensão de

32 quilômetros de tubulações. O Sistema prevê ainda tubulação de nove quilômetros de emissários e sete estações elevatórias, e uma Estação de Tratamento de Esgoto com capacidade de vazão de até 80 litros por segundo.

E por que razão dou tantos detalhes? Simplesmente em razão da importância extrema desse investimento para balneário Barra do Sul, e porque a Casan está investindo muito em Santa Catarina, em todas as regiões. O Programa de Saneamento Ambiental de Santa Catarina foi assinado entre o governo do estado, Jica e a Casan, em março de 2010, em Tóquio, no Japão, e tem como objetivo garantir também a balneabilidade das praias e a atividade de maricultura.

Além de balneário Barra do Sul, Florianópolis, Bombinhas e Piçarras são contemplados com obras de esgotamento sanitário dentro do programa. Lá em Canoinhas, a Casan também está investindo com um sistema de esgoto que há muito é esperado pela população, e as obras estão andando em ritmo forte. O presidente Valter Gallina, da Casan, vive seu melhor momento, inaugurando obras de água e esgoto, lançando editais ou emitindo ordens de serviços em todas as regiões.

A empresa está entre as que mais investem em saneamento no Brasil. Nos próximos três anos, o estado pretende estar entre os primeiros lugares no *ranking* nacional de saneamento. Serão mais de R\$ 1,7 bilhões em investimentos na melhoria de sistema de abastecimento de água e na implantação ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário. Então, a Casan está de parabéns e quero destacar essas ações aqui na tribuna.

O segundo assunto que vou abordar está relacionado aos idosos. Na segunda-feira, Dia Mundial de Conscientização da Violência contra Pessoa Idosa, poderíamos comemorar uma mudança de postura positiva da sociedade, em favor da educação e do respeito pelos idosos, mas infelizmente não é possível. No ano passado, somente em casos registrados em delegacias que fazem parte do Sistema Integrado de Segurança Pública, aconteceram em nosso estado 989 casos de

agressões contra idosos, e em nosso país foram nada menos que 27.178 casos.

Neste ano, até o último dia 12, foram instaurados 1470 inquéritos policiais envolvendo agressões contra idosos e expedidos 439 autos de prisão contra agressores de idosos. São números que preocupam e nos envergonham. Essa situação precisa mudar, pois o respeito ao idoso é questão de educação e dever dos mais jovens em reconhecimento a quem já deu sua contribuição com a sociedade e com a família.

A verdade é que hoje há muitas famílias que têm em pessoas idosas sua principal fonte de renda, por meio de aposentadorias e pensões. E há muitos casos de pessoas jovens que exploram esses idosos. Há casos de maus cuidadores de idosos, há registros que envolvem familiares que são usuários de drogas e tentam extorquir idosos, gente que não tem paciência para lidar com as limitações da pessoa idosa que faz parte da família.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao meu amigo deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Agradeço o aparte, deputado Antônio Aguiar.

Este é um assunto que tenho um particular interesse por vários motivos, primeiro, porque acabei apresentando a minha dissertação de mestrado em Direito foi sobre o Direito do Idoso, na Universidade Federal, e foi o projeto que quando fui a Brasília, no meu primeiro mandato para deputado federal em 1999, no primeiro dia quando cheguei lá protocolei o chamado Estatuto do Idoso que depois virou lei, e hoje é uma lei nacional.

Os números que v.exa. aponta, chamo a atenção, os fatos também, mas parece-me que num passado recente era muito mais grave. Acho que o Estatuto do Idoso teve um papel importante, houve uma alteração, e as próprias notificações, o próprio chamar a atenção, os próprios números que são coletados são um pouco em função da lei.

Hoje, todos os municípios do país, e v.exa. conhece bem, porque é um deputado municipalista, sabe que tem Conselho de Idoso, todos têm Lar do Idoso, nenhum município deixa de ter preocupação com o idoso. Não era verdade alguns anos atrás, há uma preocupação muito grande da sociedade. Agora, longe, evidentemente, daquilo que v.exa. deseja e quer, que é essa mudança cultural, e isso não se procede só por lei, deputado Antônio Aguiar, ela se processa por outros fatores muito mais complexos do que nós legisladores possamos atuar.

Agradeço o aparte!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

É verdade que nós precisamos ter uma mudança cultural, constante atenção do poder público para com os idosos, com o trabalho social das prefeituras, das associações comunitárias e nos clubes de idosos. Todos nós temos uma parcela de responsabilidade nesta questão delicada, pois quem precisa de delicadeza e educação são os nossos idosos.

Precisamos cuidar dos nossos idosos, são eles que construíram a maior parte da nossa vida, são eles que deixaram raízes profundas nas nossas vidas, e a eles o nosso respeito.

Queremos aqui fazer este alerta aos idosos para que continuemos vigilantes para proteção dessas importantes pessoas, aquelas que representam o passado e o presente vivo.

Era isso, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) -

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente desta sessão, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. parlamentares.

Hoje vou abordar aqui mais de um assunto. Em primeiro lugar, gostaria de registrar e cumprimentar o deputado Gean Loureiro, que está chegando ao plenário, neste instante, por ter

reassumido ontem a presidência municipal do PMDB, num grande evento aqui em Florianópolis, com a participação de lideranças nacionais, ele que já é um líder político importante no nosso estado e no nosso país, e que o futuro reserva para ele grandes compromissos com o povo catarinense.

Quero registrar também o fato de que o Supremo Tribunal Federal aprovou por unanimidade a liberação da publicação de biografias não autorizadas, tirou a hipótese da censura prévia. Foi aqui objeto de um pronunciamento que fiz na semana passada, com a preocupação da decisão, mas com a convicção de que o Supremo se encaminharia nessa direção.

Foi abordado por vários ministros que decidiram por vários fatores, mas o principal relacionado ao direito à informação e à liberdade de expressão que as pessoas têm. Evidente que toda liberdade não é absoluta, e as pessoas que publicam, elas são responsáveis por aquilo que publicam. Então, não se tirou o direito, claro, de que ao se sentir caluniado, difamado, injuriado, qualquer um que tenha uma biografia publicada possa buscar os seus direitos na Justiça.

Nós estávamos falando antes de um cerceamento prévio, da ideia de que as biografias pudessem ser obstruídas no seu nascedouro. Isto é, não se pudesse publicar a biografia de uma pessoa conhecida, de uma pessoa que se tornou famosa e que depende dessa fama, muitas vezes, para as suas atividades, mas que quer se reservar ao direito à intimidade, mesmo sendo uma pessoa pública.

O direito à intimidade deve ser reconhecido, mas o direito à intimidade deve ser sopesado, ponderado, como se chama na terminologia jurídica, com outros direitos, que são o direito à informação e o direito à publicidade. E, no caso específico, para as pessoas públicas, como regra geral, no caso de biografia, prepondera na ponderação o direito à publicidade de informação, e o Supremo caminhou nessa direção.

O terceiro ponto que quero falar aqui é novamente sobre a questão da proposta que estamos

apresentando sobre o pacto federativo, a alteração do pacto federativo a partir das assembleias.

Estivemos nesta semana que passou num encontro da Unale, em Vitória, no Espírito Santo, onde fomos procurar conversar, levar à discussão, levar ao debate, sondar os deputados estaduais do país sobre o seu pensamento em relação a essas propostas que estamos gestando aqui em Santa Catarina. E as duas propostas básicas são as que aumentam a competência legislativa das assembleias, fazendo com que matérias que hoje são de competência privativa da União possam ser legisladas concorrentemente.

A segunda proposta é aquela que faz com que o FPE e o FPM, que hoje são ao redor de 20%, mais ou menos, do bolo composto pelo IPI e o Imposto de Renda se ampliem para mais ou menos um terço, ou seja, em torno de 33% para municípios e estados. E também que esse bolo, que é do IPI e do TR, seja engrossado por outros quatro tributos: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto sobre Importações, também sejam incluídos aí o IOF e o chamado Imposto sobre Grandes Fortunas, que está sendo debatido agora no Congresso Nacional. Um imposto que está previsto na Constituição de 88, mas nunca foi regulamentado.

Essas duas propostas têm ampla acolhida nas assembleias no país. A deputada Luciane Carminatti está trabalhando conosco nessa proposta e em questões relativas à educação. As propostas têm ampla receptividade, e eu entendo que aquilo que estamos começando aqui, aparentemente é um caminho muito difícil de ser seguido, pois tem que aprovar aqui, em mais três assembleias, no mínimo, e depois no Congresso Nacional, mas é um caminho possível.

O deputado Gelson Merisio, nosso presidente, por meio da Mesa, já encaminhou as propostas do projeto de resolução à comissão de Constituição e Justiça. Nós conversamos com o deputado Mauro de Nadal, que muito sensível fala que há perspectiva de que no dia 30 possamos votar, haverá um esforço para que isso aconteça na comissão de Constituição Justiça, e queremos votar no plenário ainda nesse

primeiro semestre para que possamos logo no começo andar pelo país.

Finalmente, quero falar sobre o fator previdenciário. O fator previdenciário caiu. Ele foi utilizado pelo governo Fernando Henrique para alterar o momento de aposentadoria dos trabalhadores de maneira geral. E acabou sendo um fator de achatamento da remuneração do aposentado. Ele caiu, e está lá para a presidente vetar ou não. A argumentação de muitos setores do governo, principalmente do ministro da Previdência Social, é de que no ano 2060 teremos um prejuízo enorme para os cofres públicos.

Ora, previsões econômicas no Brasil e no mundo são muito difíceis de acreditar. Há inclusive um ditado que diz que os economistas erram em 100% das vezes, porque as previsões econômicas, para um horizonte tão longo como esse tempo todo, são difíceis de prever. A ideia é de que no futuro a massa trabalhadora seja menor, é evidente, e deve ser menor inclusive porque nós temos que procurar diminuir o tempo de trabalho. Essa é uma perspectiva do mundo inteiro.

O trabalho, no futuro, não vai ser como hoje. Como vai ser o trabalho daqui a 30 anos? Será que as pessoas terão ainda que fazer um trabalho manual em que é preciso a pessoa estar presente ou haverá outra maneira? É possível que, no futuro, poucas pessoas possam produzir muito mais, economicamente, do que se produz hoje.

Se formos fazer cálculos, hoje, para uma previsão de 30, 40, 50 anos, esta previsão tem toda chance de ser incorreta. Bom, faz-se previsão para poucos anos e essas já se mostram equivocadas. Quanto à ideia de que a queda do fator previdenciário vai produzir um buraco daqui a 30 anos, precisamos trabalhar com outra lógica. Precisamos pensar que pessoas a 30 anos atrás veem trabalhando dia após dia com a perspectiva de uma aposentadoria, de um ganho e essa perspectiva, essa espera precisa ser abordada de maneira adequada.

Temos que pensar no futuro, e ninguém deixa de pensar no futuro, mas não com essa lógica

econômica dos grandes bancos, que não serve para o trabalhador. Tive a oportunidade de apresentar a mesma emenda no Congresso Nacional, que foi apresentada e, depois, o presidente Lula vetou. Entendo que a presidente não deveria vetar a queda do fator previdenciário. E, se vetar, o Congresso deve derrubar. Deve-se procurar alternativas numa perspectiva de compreensão do que vai ser o futuro para encontrarmos um caminho.

A simplificação que fazem alguns economistas e jornalistas achando que quem vota pela queda do fator previdenciário tem uma visão demagógica, quer agradar o povo, não está certa. São coisas diferentes. Precisamos ter noção do que representa a aposentadoria. E, quanto a essa visão do que vai acontecer daqui a 30 anos, de que não vamos ter trabalhadores suficientes para manter uma massa de aposentados, vai ser muito diferente no futuro.

Daqui a alguns anos, talvez até tenhamos que diminuir o tempo de aposentadoria e não aumentar para ter menos pessoas trabalhando, de forma a conceder mais horas de lazer a fim de que essas pessoas permitam a renda para a sociedade sobreviver. Esse é o futuro da humanidade e não ampliar o tempo de trabalho, como essa lógica que se tem hoje. E acho que o futuro vai demonstrar que temos razão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e o público que visita a Assembleia. Sejam todos bem-vindos! Sintam-se acolhidos nesta Casa.

Quero anunciar, em primeiro lugar, que o expediente do dia de hoje é algo bastante aguardado pelos educadores, pela sociedade catarinense, ou seja, o envio da secretaria de estado da Educação do Plano Estadual de Educação para o decênio 2015/2024. Trata-se do primeiro Plano Estadual de Educação que passa a dar entrada

nesta Casa e teremos provavelmente vários meses de debate, de discussão com a sociedade catarinense. Embora o Plano Nacional prevê a data de 25 de junho para que todos os estados e municípios possam ter seus planos aprovados, entendendo que dando entrada na Casa no dia de hoje, é impossível obedecer a essa data, porque é o primeiro plano estadual de educação para a próxima década, e faremos todo o debate necessário a fim de que todas as regiões de Santa Catarina conheçam esse plano, para onde vai e quais as contribuições, as sugestões, as modificações necessárias para que tenhamos um Plano Estadual de Educação que construa desenvolvimento, qualidade de vida e educação neste estado.

Então, quero deixar o meu registro ao processo que se inicia a partir de hoje com o envio do Plano Estadual.

No dia de ontem, nós participamos em Pinhalzinho de uma obra que sempre nos orgulha, nos enche de emoção, porque se trata da entrega de 75 novas unidades habitacionais do programa 'Minha Casa, Minha Vida' para famílias que ainda não possuíam a casa própria. Foram mais de R\$ 4,4 milhões do governo federal investidos para a construção do loteamento Boa Vista.

Não são apenas moradias, a infraestrutura prevê: água, esgoto, ruas pavimentadas, iluminadas, drenagem, energia elétrica e disponibilidade de acesso ao transporte público, energia solar em cada residência.

Além disso, o conjunto conta com um Centro de Convivência composto por uma praça, quadra esportiva, academia ao ar livre e salão comunitário tudo isso construído com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II, com investimento de R\$ 561 mil.

Somente em Pinhalzinho, desde 2009, foram construídas 714 novas unidades habitacionais pelo programa 'Minha Casa, Minha Vida' num investimento de R\$ 48 milhões do governo federal. Destes, R\$ 15 milhões foram 'a fundo perdido', ou seja, o beneficiário não precisa devolver o dinheiro.

O programa 'Minha Casa, Minha Vida' já garantiu acesso à casa própria a mais de dois milhões de famílias, e nós estamos completando o sexto ano de vida com a meta de incluir mais três milhões de novas moradias. Até 2018, a meta do referido programa é atender 27 milhões de brasileiros.

Eu solicito à assessoria que proceda à exibição das fotos.

(Procede-se à exibição das fotos.)

Às vezes, imaginamos, deputado Manoel Mota, que conjunto habitacional para pobre é precário, mas não é. Vejamos, nós temos aqui as casas que não são de uma cor apenas, isso já é simbólico, são de diferentes cores. Aquele equipamento em cima da casa é a energia solar, que vai reduzir o custo mensal da luz dos moradores, a quadra de esportes concluída.

O terreno com ajardinamento, a prefeitura e a Caixa Econômica Federal acompanham por mais seis meses, porque não é apenas entregar a casa; também academia ao ar livre, parquinho infantil, transporte escolar inicia a partir da instalação das casas que acontece hoje para as primeiras 20 famílias, e esse terreno fica bastante próximo ao centro da cidade, portanto, não é isolado.

Então, eu quero destacar porque nós vimos isso aqui, especificamente em Pinhalzinho. Poderíamos falar de Caibi, que está construindo; de São Domingos que já entregou, enfim, um programa maravilhoso. E eu fiquei emocionada ao ver muitos idosos, pessoas com deficiências, casais jovens tendo, pela primeira vez na sua vida, endereço certo. Pessoas que saíram do banhado, de área irregular, agora passam a ter dignidade.

Por isso, faço o registro e parabenizo o prefeito Fabiano da Luz, a sua equipe de governo e a Caixa Econômica Federal por essa brilhante iniciativa.

Também, quero registrar a presença do nosso secretário de Administração de São João do Oeste, Vitus Ritter. Seja bem-vindo!

Quero falar nestes quatro minutos que me restam sobre o lançamento hoje pela manhã, da

Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único da Assistência Social. Quero agradecer ao deputado Dalmo Claro, representando o PMDB; ao deputado Vicente Caropreso, representando o PSDB; e aos parlamentares dos demais partidos que vão compor essa frente conosco.

E compreender que o Suas hoje é um Sistema Único da Assistência Social que tem se consolidado como uma política permanente, uma política séria, estruturante das nossas famílias brasileiras. Quem são as pessoas atingidas pelo Suas? São todas aquelas pessoas que estão em vulnerabilidade, risco social, mulheres vítimas de violência, especialmente doméstico, crianças e adolescentes abusadas, exploradas sexualmente, crianças que trabalham, trabalho escravo, em situação de rua, idosos muitas vezes abandonados pelas famílias, moradores de rua, pessoas com deficiência, enfim, todas as famílias pobres do nosso estado de Santa Catarina.

É preciso que nós enfrentemos o preconceito de que a assistência social é uma política pública exclusiva para os pobres. E que, portanto, qualquer investimento é suficiente. Para termos uma ideia, Santa Catarina tem um orçamento vergonhoso nessa área. Nós não conseguimos passar anualmente do percentual de 0.5% do orçamento para esta área. Vejam bem. Estou falando em 0.5%.

Portanto, o debate que fizemos, hoje de manhã, com todas as entidades na área social, de que a primeira tarefa deste ano é apresentar um projeto de lei nesta Casa com 50 mil assinaturas, o quarto projeto de lei de iniciativa popular que vai carimbar no orçamento do estado anualmente 1% para a assistência social. Quem escuta pode pensar, meu Deus, mas só 1%? A educação tem 25%, a saúde tem 15%, a assistência social só 1%? Pois é, mas esse 1% significa dobrar o que tem hoje, porque hoje nós não passamos de 0.5%.

Então, nós não queremos quebrar o estado. Nós queremos começar, deputado Ismael dos Santos, garantindo o mínimo necessário para que os municípios tenham a contrapartida do estado no cofinanciamento dos seus programas, porque em cada

município tem o CRAS e o CREAS, que é a porta de entrada da Assistência Social. Quem financia hoje o CRAS, o CREAS e as políticas que eu descrevi? São os municípios brasileiros, independentemente de partido político, e é o governo federal. O governo estadual fica na torcida, na arquibancada, e não complementa, não participa do financiamento dessas políticas importantes.

Para ter uma ideia, no ano passado na secretaria de estado da Assistência Social Trabalho e Habitação, nós tivemos uma previsão orçamentária de apenas R\$ 53.043 milhões. Este ano, pasmem, baixou para R\$ 46.934 milhões.

Não dá para um estado como Santa Catarina ter um orçamento tão pífio, tão pequeno, tão inexpressivo diante de tantas necessidades. Ou será que nos nossos municípios não temos famílias pobres em situação de risco e de vulnerabilidade social? Com certeza, temos dos maiores aos menores municípios. Por isso, temos que financiar.

Então hoje nós instalamos a Frente Parlamentar. Chamaremos todo o fórum composto de entidades da assistência social para traçar o planejamento e avançar.

Obrigada, sr. presidente!

Quero registrar, mais uma vez, os nossos agradecimentos da presença de vocês aqui.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É uma honra para nós recebermos neste Parlamento o presidente da CDL do município de Araranguá, sr. Clésio Manoel Mota, com todos os seus associados.

O sul de Santa Catarina está aqui, é muito forte e importante, representado pela CDL e seus associados que pagam impostos e altos, geram empregos, e essas feirinhas que não pagam nada, acabam prejudicando. Nós precisamos encontrar a saída e a solução.

Queremos agradecer a presença de todos vocês e dizer que estamos juntos para lutar e manter os lojistas com sua criatividade, trabalhando e produzindo a riqueza deste país. É isso que eles fazem em cada loja em Santa Catarina.

Muito obrigado!

É um prazer estarmos juntos.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, também vou me solidarizar. Depois o nosso líder deputado Darci de Matos, vai usar da palavra para falar da questão dos lojistas.

Quero saudar o Ivan Tauffer, presidente da Federação das CDLs, meu amigo e parceiro, e todos os lojistas que estão presentes.

Aproveito para saudar os prefeitos de vários municípios: São Miguel do Oeste, João Carlos Valar, Descanso, Hélio José Daltoé, Iporã do Oeste, Ilton Pedro Vogt, Itapiranga, Milton Simon e Tunapólis, Enoi Scherer e, na oportunidade, quero dizer que estivemos hoje reunidos no Deinfra, debatendo a questão das rodovias, principalmente as federais no extremo oeste catarinense que é uma catástrofe, e o comércio, a indústria sofrem com isso. Por isso, estou fazendo este registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação e o registro, deputado Maurício Eskudlark, esta Presidência também deseja uma boa estada neste Parlamento, e que os debates que estão acontecendo nas diferentes secretarias possam surtir efeitos positivos em toda aquela grande região do extremo oeste de Santa Catarina.

Da mesma forma desejo aos representantes da Câmara dos Dirigentes Lojistas de vários municípios que estão presentes, de São Bento do Sul, Rio Negrinho, Canoinhas, Turvo, Araranguá, Içara e de outros, boas-vindas.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Por motivo de troca com o deputado Darci de Matos e pela concessão do deputado Narcizo Parisotto, do DEM, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Rodrigo Minotto, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, srs. deputados, quero agradecer ao deputado Narcizo Parisotto pela cessão do seu espaço.

Quero fazer um pequeno relato acerca da última viagem, na semana passada, à Suíça, em Genebra, onde participei da 104ª Conferência Internacional do Trabalho, que foi realizada de primeiro a 13 de junho deste ano. Contou com a minha participação representando esta Casa Legislativa, cujos temas principais foram à transição da economia informal para a economia formal e as políticas de proteção social para os trabalhadores rurais.

A Delegação Brasileira, de forma tripartite, na chefia do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, foi formada por representantes do governo, do setor dos empregadores e dos trabalhadores, bem como das organizações sindicais.

O Brasil tem se destacado por sua posição de vanguarda, principalmente pelo controle e no combate ao trabalho escravo e na defesa do trabalho decente e nesta nova pauta não será diferente.

Alguns temas foram abordados sobre o futuro do trabalho no mundo, apresentados na semana interior à semana passada, na 14ª Conferência Internacional do Trabalho. São de grande atualidade no contexto brasileiro, por exemplo, a discussão sobre as oportunidades e dos impactos, consequências das tendências e transformações nas formas típicas dos contratos de trabalho.

Da mesma forma, foi imprescindível o desafio ressaltado de promover sistemas de proteção

social, cada vez mais inclusivos, justos e sustentáveis.

Vemos com satisfação o processo para colocar em prática a iniciativa do centenário da OIT, relativo ao futuro do trabalho. Desde já, o Brasil se comprometeu a colaborar com a realização de um painel de alto nível sobre o futuro do trabalho.

Preocupa o crescimento da desigualdade tanto em países quanto no interior deles. Felizmente, as políticas sociais econômicas integradas que temos aplicado no nosso país contribuíram para a redução da desigualdade ao longo da década no Brasil.

Podemos afirmar que o Brasil internalizou o conceito de trabalho decente, estendendo às mais diversas áreas, no tocante ao tema da aplicação dos instrumentos normativos da OIT. É importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, Corte máxima do Judiciário no Brasil, reconheceu o caráter supralegal das convenções desta organização no ordenamento jurídico brasileiro, o que significa dizer que se encontram acima das leis ordinárias, abaixo apenas da nossa Constituição Federal.

Além disso, há apenas uma semana foi publicada uma lei complementar que estende às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos todos os direitos garantidos pelas leis brasileiras. Aos demais trabalhadores, em linha com a Convenção n. 189, ainda em processo de ratificação.

O Brasil gerou nos últimos 11 anos mais de 23 milhões de postos de trabalho formal. Da mesma forma, a cobertura previdenciária, em função desse ciclo de forte geração de empregos formais também se expandiu.

Em 2014, o Brasil atingiu a menor taxa de desemprego anual da história de 4,8%. O salário mínimo acumulou nesses últimos 12 anos, ganho real, de 75% acima da inflação, além de incluir 52 milhões de pobres na classe média brasileira.

No marco da Cooperação Sul-Sul foi destacado a recente criação da iniciativa regional da América Latina e do Caribe, livres do trabalho infantil, bem como as diversas iniciativas no âmbito da comunidade de países de língua portuguesa.

Para finalizar, por conta desse protagonismo realço a importância e credibilidade do Brasil aos demais países-membros da OIT, e neste ano firmou acordos de cooperação, especialmente com os Estados Unidos, França, Coréia do Sul e África do Sul. Outros países manifestaram interesse na formação de conselhos transnacionais com a composição tripartite para definir diretrizes comuns para as políticas e relações de trabalho, segurança e prevenção dos acidentes de trabalhos.

Não poderíamos deixar de agradecer à Presidência desta Casa, na pessoa do deputado Gelson Merisio, por entender a importância da nossa participação nesta conferência. E igualmente agradecer ao ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, pela gentileza do convite à esta Casa Legislativa para integrar a delegação brasileira na Conferência Mundial do Trabalho.

Quero fazer um agradecimento especial à embaixadora do Brasil em Genebra, sra. Regina Dunlop, pela maneira generosa como nos recepcionou e sua irretocável habilidade na arte da diplomacia.

Parabéns a todos os participantes! Parabéns ao nosso país!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero fazer o registro, sr. presidente, do nosso 5º Congresso Nacional, realizado no período de 11 a 13 de junho, em Salvador, na Bahia.

(Passa a ler.)

"Nosso congresso contou com uma mobilização nacional, através das etapas municipais e estaduais, uma delegação de quase 800 delegados, e representou a diversidade que compõe o Partido dos Trabalhadores e, conseqüentemente, uma parte considerável do povo brasileiro. Um congresso

diferenciado por garantir institucionalmente a riqueza cultural de todos os cantos do nosso Brasil, a paridade entre delegados e delegadas, a participação de etnias dos mais diferentes rincões e mais de 25% dos congressistas jovens.

Foram diversas pautas nacionais e internacionais debatidas, a vida interna partidária e a relação com o governo e com a sociedade. Importante destacar a presença da Presidenta Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula reforçando a ideia da importância de um partido que tem em seu projeto de nação a defesa da classe trabalhadora. O PT sai do seu congresso com a certeza em defender o governo Dilma e as inúmeras políticas públicas que têm garantido a elevação da qualidade de vida do nosso povo. Foi no Governo da presidenta Dilma Rousseff que o nosso país saiu do mapa da fome no mundo.

Entre os eixos centrais do debate que dialogou com a pauta da organização interna, colocamos mais uma vez o financiamento da atividade partidária como elemento chave para a construção de um partido cada vez mais probo e transparente.

Nossa militância foi convocada a participar de uma campanha de autofinanciamento das ações políticas. A campanha de arrecadação da legenda, com o mote 'Seja Companheiro', receberá doações apenas de pessoas físicas.

O combate à corrupção foi um tema marcante no encontro. O PT continuará sua luta implacável contra esse mal que há séculos está incorporado na vida privada e pública brasileira, salientando que nunca antes na história desse país o combate a esse mal teve tanta veemência, comprovadamente obtivemos uma larga diminuição da corrupção a partir dos mecanismos criados nos governos Lula e Dilma Rousseff.

Nosso compromisso e dedicação a este tema é um recado ao Brasil: nenhuma pressão política nos desviará desse caminho sem volta.

A manutenção das eleições diretas para direção do PT ficou definida neste 5º Congresso Nacional. Somos o único partido com um instrumento que

garante a participação da maioria dos filiados e filiadas.

O PT nasceu para fazer diferente. Mas a maior ousadia foi construir um partido que pudesse abrigar militantes das diversas correntes de esquerda, das juventudes, dos meios acadêmicos, dos movimentos sociais, de setores da igreja católica, dos sindicatos, muitos deles sem vínculo com uma concepção política mais acabada.

Vale destacar que o congresso do PT foi esperado e comentado em todo o Brasil e internacionalmente. Penso, no início dessa trajetória, há 35 anos, das dificuldades que encontramos para se firmar como partido, o que parecia algo impossível de acontecer. Hoje, é real sólido e motivo de orgulho para milhares de brasileiros. Hoje, somos o Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras que governa o Brasil de todos."

Quero agradecer a oportunidade e, mais uma vez, cumprimentar todos os visitantes, especialmente os que chegaram agora e que trazem faixas "Fora Feira do BRÁS", promovido pela CDL de todo o estado, "Não tememos a concorrência, porém não suportamos a injustiça".

Um grande abraço.

Sejam bem-vindos!

Obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital.

Sr. presidente, desejo, no horário do meu partido, PSD, fazer algumas considerações a respeito deste momento tão importante que vamos presenciar no plenário da Assembleia Legislativa

e, sobretudo, na reunião da Frente Parlamentar do Varejo, às 17h, no auditório da nossa Assembleia.

Eu inicio, sr. presidente, fazendo a minha saudação especial e efusiva a todos os empresários dos recantos do estado de Santa Catarina. Temos aqui no Parlamento catarinense, caravanas, ônibus, pessoas, empresários e empresárias que deixaram suas empresas para externar a indignação, e também as nossas indignações com relação à economia informal e, sobretudo, ao contrabando, às feiras do BRÁS formadas por forasteiros que vieram de outros estados para Santa Catarina, que levam os nossos recursos, provocam o desemprego e colocam nas mãos do povo catarinense produtos de péssima qualidade.

Portanto, vemos em nosso Parlamento um grande número de empresários. Vi há pouco, por exemplo, o ex-deputado de Jaraguá do Sul, ex-presidente da Federação dos Lojistas de Santa Catarina, o amigo Udo Wagner, dizendo que trouxeram de Jaraguá do Sul uma caravana de 70 empresários, deputado Dr. Vicente Caropreso. Isso demonstra a preocupação com o que está acontecendo em Santa Catarina e no Brasil. Isso demonstra que a situação do setor produtivo e, sobretudo, dos lojistas do estado de Santa Catarina é muito delicada e que inspira cuidados e a atenção dos nossos parlamentares.

Por isso, sr. presidente, nós, da Frente Parlamentar do Varejo, agendamos para às 17h, no auditório desta Casa, uma reunião com dezenas de órgãos de fiscalização do estado de Santa Catarina para que possamos, primeiro, demonstrar ao povo catarinense, às autoridades a preocupação com o setor varejista do nosso estado. Segundo, para construirmos uma força-tarefa com os órgãos fiscalizadores para que possamos acabar com essas feiras absurdas que acontecem em nosso estado.

E mais do que isso, se não bastasse uma pesada carga tributária que os senhores e as senhoras enfrentam no dia a dia, se não bastasse os senhores e as senhoras enfrentarem a burocracia do poder público, agora, deputado Maurício Eskudlark e deputado Luiz Fernando Vampiro, essas feiras que vêm acontecendo em nosso estado.

Nós não construímos uma lei para proibir as feiras, porque não é competência do Parlamento catarinense e do estado. Essa prerrogativa é dos municípios, segundo a Constituição, mas entendemos que não se faz necessário uma lei se a Vigilância Sanitária, o ministério do Trabalho, a Polícia Federal, a Fazenda, os Bombeiros, a Polícia Civil, fizerem uma batida nessas feiras, com certeza, elas não vão suportar porque tudo é irregular.

Os produtos são contrabandeados, os funcionários não têm registro em carteira, deputado Rodrigo Minotto, não recolhem impostos, não têm nenhum tipo de formalização. Nós somos um estado organizado, um estado de pessoas que trabalham honestamente, um estado da formalização, por isso vocês estão aqui, certamente, para buscar o nosso apoio e, com certeza, terão o nosso apoio.

Encerro, sr. presidente, as minhas palavras dizendo que essas feiras, além de não recolher impostos para o Poder Público, de colocarem um produto sem procedência e sem qualidade nas mãos da população catarinense, elas provocam, no momento mais difícil que o país atravessa, o desemprego da população catarinense.

E é por isso que nós queremos chamar a atenção da imprensa e das autoridades com a presença dos senhores e das senhoras aqui na nossa Casa, porque essa é a Casa do Povo, é a Casa de ressonância da população, é a Casa que dá vazão aos conflitos, aos pleitos, da população catarinense. E, com certeza, às 17h, haveremos de fazer a maior reunião, a maior mobilização da história do Parlamento catarinense com o setor produtivo de Santa Catarina, para dizermos 'não' às Feiras do Brás que vêm acontecendo em todo estado de Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Queria parabenizar v.exa., deputado Darci de Matos, que tem conduzido com determinação a Frente Parlamentar do Comércio Varejista, da qual, com

orgulho e com muito compromisso, também faço parte, e gostaria de dizer que nós comungamos deste pensamento, desta preocupação. O nosso empresário enfrenta o país onde se tem a maior burocracia para abrir uma empresa, para administrar uma empresa, e enfrentando todas essas dificuldades governamentais.

Por outro lado, encontra, da parte do governo, uma tolerância exagerada com esse tipo de feira, com esse tipo de concorrência desleal. V.Exa., hoje, já falava da abordagem do tema, da preocupação. Eu conversava agora com o presidente da FCDL, meu amigo Ivan Tauffer, sobre a disparidade de tratamento desse comércio ilegal, como disse v.exa., na questão de registro, na questão de funcionário, na questão de recolhimento de qualquer tipo de tributo num momento difícil que o nosso país atravessa, o nosso empresário tinha que ser fortalecido, protegido, mas encontra, neste tipo de comércio, uma concorrência, uma competição, que vem prejudicar a economia do nosso estado e do nosso país.

Estaremos juntos nesta caminhada, deputado Darci de Matos, vamos agir com firmeza. Nos nossos 30 anos de experiência na Segurança Pública, na época, até criamos uma diretoria junto à DEIC para acompanhar esta questão de produtos falsificados, a questão de prejuízo ao comércio, à indústria do nosso estado.

Então, parabênizo v.exa., e estamos juntos com a classe, com todos os lojistas, nesse intuito de engrandecer a força do trabalho daqueles que agem dentro da lei no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Boa tarde a todos!

Gostaria de cumprimentar o deputado Darci de Matos, que preside a Frente Parlamentar do

Comércio Varejista. Cumprimento os demais deputados e os comerciantes aqui presentes.

Gostaria de dizer, deputado Darci de Matos, que nós temos que ter uma atenção e um carinho muito especial. Esses investidores clandestinos, que nós não sabemos de onde vêm e para onde vão, têm uma astúcia muito forte, muito intensa.

Eles vêm somente em momentos importantes, significativos, na alta temporada, e, quando um município de grande proporção não dá o seu alvará, eles vão aos pequenos municípios e oferecem pequenas regalias a um centro comunitário, ou algum tipo de estabelecimento, e conseguem, efetivamente, as suas licenças, às vezes, à margem do processo legal.

Nós temos que ter uma ação muito importante, pois colocam risco e segurança em algumas rodovias, estabelecendo-se de forma precária. Esta Casa Legislativa, junto com o Poder estadual, tem que ter uma medida dinâmica e energética, tendo em vista que ao chegar mais uma temporada de verão, novamente eles vão aos balneários, às festas itinerantes, para tirar, obviamente, aquele comerciante regular que vem trabalhando e sustentando, efetivamente, este estado e este país.

Por isso que esta Casa Parlamentar junto com o governador, junto com as ações, com as forças vivas, precisamos, obviamente, de uma ação enérgica, mas bem rápida para que o comerciante não sofra mais e não sangre mais.

Um abraço! Muito obrigado!

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Darci de Matos, é importante este debate estar sendo travado, inclusive, pela ação de v.exa., e com a presença de tantos líderes estaduais, para que se tome efetivas medidas no combate a este tipo de trabalho que acaba sendo uma concorrência desleal.

Quando prefeito de Concórdia, nós enfrentamos isso junto com a CDL e a Associação Comercial,

impondo, fazendo uma legislação com o apoio da Câmara de Vereadores que estabelecia limites, os equiparava aos demais, o que fez com que obviamente tenha acontecido um pouco isso que o deputado Luiz Fernando Vampiro fala. Ao não fazer aqui foram, então, a outros lugares em troca, às vezes, de alguma promessa ou de alguma benesse que acabam sendo favorecidos.

Portanto, a ação efetiva precisa ser feita, uma ação geral estadual que possa estabelecer os limites, tanto em relação aos direitos trabalhistas, à origem, ao procedimento e à preservação dos empregos dos catarinenses, que é o que nós queremos.

Parabéns à v.exa. e à todos que estão aqui se mobilizando.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

(Palmas)

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Darci de Matos, parabenizando-o pela iniciativa.

Nós, que temos o maior número de mandatos deste Parlamento, já vivemos momentos difíceis, e, nos momentos difíceis, quem gera emprego, quem gera renda, quem dá possibilidade de manter os municípios e o estado são os lojistas. São os que mais geram empregos.

Mas eles estão cansados de tanto investimento, de tanta luta, e me parece que não têm o respaldo necessário para fazer frente a essas pessoas, que vêm de outro estado, que trazem contrabando, vendem produto sem qualidade e levam o dinheiro embora, não gerando empregos, não gerando renda.

E quem é que paga a conta? São os nossos lojistas de Santa Catarina. Por isso, a obrigação deste Parlamento é estar junto, ajudar, contribuir para que haja uma fiscalização severa, buscando aqueles que não têm documentos legais e não podem participar, evidentemente, do comércio, nestas feiras ou em outras repartições.

Por isso, eu apelo para que façamos um ato importante para Santa Catarina, contribuindo com os lojistas, com o estado e com o país.

Parabéns lojistas pela sua vinda aqui. E o Parlamento haverá de dar a sua resposta e o seu resultado.

Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Diante de um tema tão importante para a sociedade catarinense, evidentemente que o Parlamento não pode se furtar a este bom debate.

Desta forma, deputado Darci de Matos, concedo a v.exa. e aos demais colegas mais cinco minutos, para continuarmos essa discussão.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - V.Exa. me concede um aparte?

O DR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Quero cumprimentar primeiramente o sr. deputado Darci de Matos pela iniciativa, parabenizar v.exa. que tem trazido temas importantes e relevantes, preocupado com o povo catarinense.

Quero aqui parabenizar os comerciários, enfim, a nossa CDL de todo o estado de Santa Catarina. Este tema, já há muito tempo vem afligindo os nossos comerciantes, aqueles que são protagonistas da geração de emprego e renda e divisas para o nosso estado, e que hoje vivem acometidos de injustiça.

Esta Casa, sem dúvida nenhuma, através de v.exa., tem que buscar resolubilidade, e dizer que podem contar com esse Parlamento e com esse deputado, como aqui todos têm se manifestado, porque é justa esta causa, é justa esta luta pelas injustiças que vêm acontecendo.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar aqueles que vêm do município de Ouro, de Capinzal, o Vitorino Lanhi, o vereador Ivonei Dambros, que vêm aqui se solidarizar com esta luta. Parabéns a vocês, nossos empresários, nossos comerciantes de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Queria parabenizá-lo pelo tema e dizer que as pessoas que se encontram aqui buscando uma reivindicação justa sejam atendidas. E esse atendimento talvez nos leve a fazer uma lei de proteção de quem tem direito de vender. E, hoje, recebi em meu gabinete o representante da CDL do planalto norte.

Assim quero externar aqui o meu apoio a essa importante jornada.

Parabéns, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Vicente Caropreso - Quero prestar aqui o meu mais irrestrito apoio à causa de v.exa. que é a minha também, e acredito que é a do Parlamento catarinense. Venho de uma família de tradição lojista, tenho em meu cunhado um grande amigo, incentivador que foi e que representa para a CDL e até para a FCDL no Brasil, uma figura de destaque e de referência que é o ex-deputado Udo Wagner, que v.exa. acabou de citar.

Quero aqui hipotecar toda a minha coerência, toda a minha atitude em relação à sua tese. E vamos combater a venda de qualquer produto ilegal, de qualquer condição ilegal em condições de injustiça de quem arrisca o pescoço hoje no Brasil para produzir e dar emprego.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa, me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O SR. Deputado Ismael dos Santos - Quero cumprimentá-lo, também os nossos comerciantes e parabenizá-lo pela estratégia que já há anos nesta Casa v.exa. tem liderado.

Eu tinha recentemente acompanhado um *ranking* dos produtos piratas no país: CD, DVD, roupa, tênis, óculos, enfim, e na nossa cidade, em Blumenau, enfrentamos uma matéria que saiu em nível nacional sobre a Dudalina, que é uma marca internacional que vem sendo pirateada. Por tudo

isso, entendemos que esta Casa precisa sim estar unida, com ideias firmes, fortes, para de fato proteger o nosso comerciante e a nossa economia catarinense.

Parabéns pela iniciativa!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Sr. presidente, sr. deputado Darci de Matos, quero parabenizar v.exa. pelo trabalho que está fazendo à Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista. Essa é uma causa nobre. Nós estamos aqui recebendo hoje nesta Casa inúmeros trabalhadores catarinenses que lutam diariamente para o sustento da sua família, para a segurança da sociedade, para realmente poderem dar oportunidade aos seus filhos.

A informalidade gera o desemprego, gera violência e insegurança. E todos os trabalhadores que estão aqui hoje são pessoas que labutam todos os dias, faça chuva ou faça sol com dificuldade financeira, rompendo barreiras tributárias, tendo que enfrentar muitas dificuldades para conseguir o seu pão. Inadmissível que a informalidade impere, e que as pessoas que trabalham no risco se favoreçam em detrimento dessas pessoas.

Então, quero parabenizar v.exa. e este Parlamento. E que o estado está, numa demonstração de união, em prol da defesa do estado democrático de direito das nossas leis e da família catarinense.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Quero fazer um cumprimento a v.exa. e à todos os deputados que trabalham por esta Casa, de maneira especial à FCDL, que de maneira organizada trabalhou com todas as Câmaras de Dirigentes Lojistas. E, aqui, em Florianópolis, quando fui secretário municipal, organizamos uma força-tarefa para combater a pirataria no centro da Capital. Lá estiveram em conjunto as Polícias Federal, Militar e Civil, a

Guarda Municipal, a Secretaria de Urbanismo e Serviço Público, a Vigilância Sanitária, o Inmetro.

Somente quando unimos todas as forças e instituições, temos resultados práticos sobre essas mudanças, que precisam ser permanentes, como diz a faixa muito bem, eles não têm medo da concorrência, apenas não querem a injustiça e a deslealdade no processo, que prejudica a concorrência leal. Por isso sucesso na Frente Parlamentar. Contem com nosso apoio.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Darci de Matos, voltando a alguns anos atrás, quando v.exa. era presidente da Câmara de Vereadores de Joinville e este deputado era secretário, lembro que fizemos a lei em Joinville, proibindo as feiras. E, agora, vejo o pessoal de Joinville aqui. Como lá em Joinville não se pode fazer feira, eles vão até a divisa com Araquari e fazem a feira lá, trazendo uma dificuldade grande para os comerciantes, que são os mais prejudicados, e há também a questão da segurança com as complicações que acontecem.

Quero colocar aqui a minha palavra de apoio, de respeito a todos vocês, e dizer que fico feliz, porque fizemos a lei lá em Joinville e agora vamos fazer, como dizia o falecido Luiz Henrique da Silveira, por toda Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero concluir, saudando também a CDL de Joinville, na pessoa do presidente Luiz Kunde; a FCDL; a Fecomércio e as instituições que mobilizaram toda Santa Catarina.

Quero dizer, sr. presidente, que temos dados que impressionam: o Brasil perde por ano aproximadamente R\$ 40 bilhões com a pirataria, e deixamos de gerar dois milhões de empregos formais no país. Então, precisamos efetivamente tomar uma providência. O presidente da Fecam vai estar presente na reunião das 17h. Todos vocês podem

continuar acompanhando a sessão no plenário, e às 17h teremos a reunião com a Fecam e com os órgãos fiscalizadores para tratarmos de estabelecer uma estratégia de fiscalização rigorosa nas absurdas feiras que ainda acontecem no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos a manifestação do eminente deputado Darci de Matos e, obviamente, com todas as intervenções dos srs. deputados e das sras. deputadas.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco da Frente Renovação - PSB, PR, PPS.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Patrício Destro, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Obrigado, sr. presidente, quero parabenizar o deputado Darci de Matos, presidente da Frente Parlamentar do Varejo. Quero enaltecer também a presença do presidente da CDL de Joinville, Luiz Kunde, e em seu nome agradecer a presença de todos os representantes da CDL no estado.

Ouvi atentamente as colocações de todos os deputados. Gostaria de dizer que sou filho de comerciante. Na verdade, comecei a minha vida no comércio aos 11 anos de idade, atrás de um balcão, ajudando a minha mãe numa loja. Trabalhava bastante, das 7h da manhã às 19h. E, em dezembro, naquele período em que as vendas são bastante aquecidas, trabalhávamos no mínimo até às 21h. Sei o que é o comércio. Muitas vezes não se tem sábado, domingo, feriado e tempo para estar ao lado da família. Diria que o comércio é quase uma religião, precisa de dedicação. Você abre mão de muita coisa para estar lá, ajudando e colaborando com o estado.

Ouvindo atentamente a participação de cada um, conversando e por ser comerciante no sangue, entendemos quais são as dificuldades. Eu sou um deputado de primeira viagem, assumi agora

recentemente, mas quando eu assumi essa vaga, tive a convicção de que poderia fazer alguma coisa para tentar acabar com as "feiras do Brás" que, hoje, infelizmente é uma erva daninha em todas as cidades do estado.

Nós, lá em Joinville, conseguimos de certa forma barrar, mas agora resolveram fazer uma alteração errada na lei, no ano passado, e eu alertei de que não deveria ser feita a alteração, e acabou prejudicando o comércio inteiro, porque abriu a oportunidade para que a feira novamente pudesse se reimplantar na cidade e, agora, estamos correndo atrás para tentar, mais uma vez, tirar esse pessoal de lá.

Mas, quando eu assumi aqui a minha vaga no Parlamento, pensei o que poderíamos fazer para tentar, de certa forma, não proibir, mas dificultar a vida desse pessoal ao máximo. Foram três meses de muito estudo, até que há dez dias nós terminamos um projeto que dificulta em muito a vida das feiras do Brás que querem ser implantadas em Santa Catarina.

Não é inconstitucional, porque não adianta eu ter hoje um projeto em Joinville que proíbe a feira do Brás, mas em Araquari, cidade vizinha que faz parte da Região Metropolitana, autorizar. Aí o cara vai lá, investe fortemente em mídia e leva todo mundo para Araquari fazer compra lá. São dez, quinze quilômetros do centro de Joinville. Não adianta absolutamente nada!

O que nós temos que fazer, hoje, é criar um projeto de lei para dificultar e muito a implantação dessas feiras em cada um dos 295 municípios de Santa Catarina. A ideia de aumentar a fiscalização é válida, e eu acho que os órgãos competentes têm que fazer isso, mas nós não podemos achar que isso vai acontecer o tempo todo.

Cada um de vocês sabe que a feira do Brás hoje acontece na sexta-feira à tarde, no sábado e no domingo. Por quê? Porque nesses dias os órgãos estaduais e municipais estão em casa, porque o município não paga hora-extra para que essas pessoas possam fazer o seu papel, e fiscalizar. É assim em Joinville, no vale do Itajaí e no oeste

do estado. Claro que é importante a fiscalização, o problema é que o pessoal, que de bobo não tem nada, sabem como fugir.

Lá em Rio Negrinho, nesse final de semana, teve mais uma vez a feira do Brás, a pessoa chegou ao ponto de falsificar documentos para conseguir fazer a abertura da feira. E não tinha ninguém para fiscalizar um absurdo desse e prender o cara que foi lá e falsificou. E, agora, onde está o cara? Está fora do estado, mas o dinheiro ele embolsou e o comércio saiu prejudicado.

Então, nós não podemos mentir para nós mesmos. Isso aqui é uma Casa de leis, e como tal você tem que restringir e dificultar, fazer da vida desse pessoal realmente uma coisa muito complicada, como é para cada um de vocês, nós estudamos isso. O projeto está pronto, está nesta Casa, já tem relatoria e está na comissão de Constituição e Justiça. Mas isso é suficiente? Se você perguntar para mim, eu vou dizer que não.

Olhando no olho de cada um de vocês e como filho de comerciante, não é suficiente. Sabe o que vai acabar de uma vez por todas acabar com a fanfarra das feiras do Brás? Criar uma lei de eventos para este estado. Porque lá atrás, quando se criou um decreto de feiras e eventos, se disse que o pessoal da feira do Brás vai pagar pelo lucro presumido. O cara vai lá e diz que vai vender dez mil reais, paga em cima desse valor, tem a abertura da feira imediata e vende um milhão de reais. Alguém fiscaliza? Não! Você paga pelo lucro presumido antecipado? Não. Você paga depois, você vai prestar contas depois em cima de tudo o que vender e mais um pouco.

O cara tem dificuldade para conseguir o alvará dele? Não, porque eu peço um alvará provisório para uma pessoa e coloco lá 50 comerciantes participando da feira do Brás. E todo mundo fica em baixo daquele grande guarda-chuva que é e para eles não têm burocracia, mas para nós a burocracia é enorme quando vai abrir uma empresa.

Então, nós sabemos da dificuldade que cada um de vocês passa. A minha sugestão é pegar o decreto que está hoje guardadinho, aquele decreto que nos

prejudicou muito. Chamar o decreto para cá. Vamos conversar sobre esse decreto. Vamos mudar o pagamento do ICMS para esse pessoal, pois hoje é o seguinte: eles são Barcelona e nós somos lá o nosso Joinville, dadas as limitações.

Nós estamos entrando em campo com o time do Joinville de um lado e o do Barcelona de outro, porque os caras entram com todas as benesses, e nós temos todas as dificuldades para conseguir abrir a nossa empresa e pagar os nossos impostos.

O pessoal vem para cá trazendo produto contrabandeado, pirateado. Vocês me desculpem, mas na justificativa do meu projeto ele inclusive fala mais: o dinheiro dessas feiras boa parte, é para financiar o crime organizado, é para comprar armamento, é para comprar drogas e é para lavar dinheiro. Podem fazer uma pesquisa lá na raiz do problema, o cara que trás lá de São Paulo, que vem da Bolívia, que trás lá da Colômbia, que vem do Peru, entra no Brasil para lavar dinheiro com a feira do Brás. Esta é a verdade! O problema é que tem muita gente envolvida nisso.

Mas nós não temos que nos preocupar com o problema de lá. Nós temos que resolver o nosso problema daqui. O nosso problema daqui se resolve mudando o decreto que nós temos de feira e eventos e criando uma lei que dificulta a entrada desse pessoal. Dificulta, não, que faz deles iguais a nós. Que dá para eles as mesmas responsabilidades de nós. Eles podem competir. Eles podem vender, mas eles vão demorar seis meses, oito meses para conseguir um alvará. Eles vão ter toda a dificuldade do mundo para conseguir fazer a abertura e vão passar por toda fiscalização que cada um de vocês passa todos os anos. O problema é que hoje para eles, só tem benefícios, e para vocês só tem dificuldades.

Então, a minha opinião: chama o decreto, muda o decreto, cria uma lei de dificuldades para eles também. Não estamos dizendo que eles estão proibidos, podem comercializar, mas vão passar pelas mesmas dificuldades que cada um de vocês aqui. E depois disso, só depois disso, nós vamos poder discutir o que é igualdade no trabalho.

(Palmas)

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado Patrício Destro, v.exa. disse que começou a trabalhar aos 11 anos no comércio. Nós todos gostaríamos de perguntar o seguinte: onde iniciou o seu trabalho?

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Foi na minha casa em Joinville, com minha mãe trabalhando e dizendo: meu filho, você tem 11 anos, precisa trabalhar comigo para ver o que é o trabalho e valorizar a dificuldade para conseguir conquistar o dinheiro. A minha mãe está aqui, inclusive.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Para que todos do sul conheçam: v.exa. tem uma ligação muito forte com o sul do estado.

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Praia Grande, Araranguá, Jacinto Machado...

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nós vamos ter nove deputados para defender a nossa região e defender os cedelistas de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - É verdade!

Obrigado, deputado, e relator do projeto.

O Sr. Deputado Ricardo Guidi - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Pois não!

O Sr. Deputado Ricardo Guidi - Deputado Patrício Destro, eu também sou comerciante, de família de comerciante, conheço bem esse problema das feiras do Brás.

Então eu, como relator do projeto na comissão de Constituição e Justiça, já quero antecipar aqui o meu relatório, e voto pela aprovação do projeto.

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Muito obrigado!

Essa talvez seja a maior conquista para todos nós.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o deputado Rodrigo Minotto, por até cinco minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Rodrigo Minotto, com a palavra o Bloco Social Progressista com o tempo dividido entre os deputados Dr. Vicente Caropreso, do PSDB e, posteriormente, José Milton Scheffer por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Boa-tarde a todos! Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares.

Saudando todos os presentes que vieram de todos os locais de Santa Catarina defender suas questões do ramo de negócios, do comércio varejista. Saúdo o eminente deputado Darci de Matos que propôs todo esse movimento de audiência pública.

Venho falar sobre outra tese, outra vertente da administração.

Os senhores sabem, meus colegas deputados, que presido a comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente.

Encarei com muita seriedade e como um grande desafio, pois teoricamente não sou da área. Sou médico, neurologista, mas há as demandas regionais também. Percorri já alguns pontos do estado, alguns centros de atendimento sócio-educativos onde pude conhecer algumas verdades a respeito de como é tratado o menor infrator. Visitei outras situações e também conheci na cidade em que resido há mais de 30 anos, a escola em tempo integral.

Eu não tenho dúvidas, srs. deputados, de que quando se fala que tem menor infrator, delinquência, criança com problema, criança abandonada. Todo mundo fala uma coisa só: investe na educação. É isso que se fala em tudo que é canto, deputado Ismael dos Santos. Todo mundo fala que tem que ter mais escolas.

Pois bem! Eu tive o prazer de conhecer escolas que funcionam em tempo integral, nos dois turnos, pela manhã, das 7h30 até às 15h45, os professores saem às 16h30. No segundo turno, no período da tarde, são lecionadas matérias no contra turno, como se diz, como: História, Música, Inglês, Dança, ou seja, uma série de matérias que as crianças podem ser aprovadas ou não. Ou seja, esse

tipo de qualificação também exige da criança, e até do professor um desempenho mínimo para a aprovação do aluno no final de ano.

Eu passei e conheci uma escola localizada numa região de muita dificuldade, um local onde está situado presídio, uma região de baixa renda em Jaraguá do Sul, e depois que sai dessa escola, eu não vi nenhuma criança rondando pelas ruas, simplesmente todas estavam na escola ou em suas casas. Também falei com alguns pais, com professores, com o secretário municipal e perguntei: Meu amigo, quanto custa para se manter essa escola? É o dobro? Ele respondeu: deputado Dr. Vicente Caropreso, sai em torno de 15% ou 20%, mas se administrar bem sai por 10%.

Havendo o investimento, se realiza aquilo que todo mundo precisa que é colocar a criança agregada com a sua escola, trazida pelos pais, ou seja, com segurança, recebendo três refeições por dia, sentindo-se saudável, com acompanhamento do seu desenvolvimento psicossocial, que é o que se exige. Das 31 escolas, dez já estão nesse ritmo, e os resultados são os melhores possíveis, as melhores redações, o melhor desempenho em música, a melhor banda. São crianças que pelo seu olhar vemos que vêm realmente de famílias humildes.

Então, eu não tenho dúvida, falei com alguns colegas deputados, com a minha equipe, e vamos criar a Frente Parlamentar em Defesa da Escola em Tempo Integral, deputada Ana Paula Lima, que para mim será o grande legado deste meu mandato para que possamos fazer um grande esforço no estado de Santa Catarina, convencendo o governador para que isso aconteça na rede pública estadual e estimulando a rede pública municipal para também fazer isso.

Nós estaremos, sim, investindo no futuro, no presente, reduzindo custos com a delinquência, reduzindo custos nas dificuldades que essas crianças, muitas vezes, saem das escolas sem preparo nenhum, vão poder assumir postos em competição com qualquer outra escola da rede privada ou subsidiada que possa existir.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Criança protegida, contra a redução da idade penal, educação, sim, em tempo integral, porque estamos vivendo outra perspectiva de vida.

Este é o programa do governo federal, é o Programa Mais Educação, várias escolas estão aderindo, é o nosso apelo para que a criança fique em tempo integral na escola com atividades na área da dança, da música, da cultura, pois tenho certeza que é bom para a criança, bom para a cidade e bom para os pais.

Parabéns, quero fazer parte desta luta, mas temos que incentivar prefeitos e o governador do estado para aderir a este programa que só tem trazido benefícios para a nossa sociedade.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. Eu espero a atenção e solidariedade dos pares, das sras. deputadas, dos srs. deputados para que possamos fazer juntos, não apenas a luta de um deputado isolado, mas de todo o Parlamento catarinense em defesa das nossas crianças.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Para complementar o tempo do Bloco Social Progressista, convido o deputado José Milton Scheffer para fazer seu pronunciamento por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, companheiros do CDL que aqui estão, em nome do presidente da CDL de Araranguá que vejo aqui nas galerias, Clésio Mota, agradeço a presença e a mobilização de todos. Sejam muito bem-vindos nesta Casa.

Quero enaltecer a iniciativa da Federação dos CDLs e do deputado Darci de Matos para discutirmos, de uma vez por todas, uma solução com relação não só à feira do Brás, mas a todo comércio ilegal de mercadorias que prejudica todo setor formal de Santa Catarina. O comércio é o grande catalizador da geração de empregos e de riquezas, é um caminho que Santa Catarina constrói através do pequeno e do grande empresário.

Nós, do Partido Progressista, respeitamos, valorizamos e apoiamos essa luta das CDLs. Não é justo na nossa realidade no momento em que o governo entra numa crise fiscal, que se aumentem os impostos, o custo da energia, dos combustíveis e, ao mesmo tempo, inicie várias operações de fiscalização nos comércios formais do estado penalizando o pequeno, médio ou grande comerciante permitindo que uma feira de outro estado com mercadorias não legalizadas percorra Santa Catarina retirando daqui recursos que fazem falta não só para o comerciante, mas também para geração de impostos para nossa sociedade.

Por isso, a mobilização dos senhores aqui hoje é justa e merece o apoio de todos nós deputados estaduais. Tenho acompanhado o que acontece cada vez que uma feira vai chegar numa pequena cidade, os comerciantes têm que deixar seu comércio para ir atrás de prefeitos e de vereadores para tentar evitar que aquela feira ocorra e retirem da cidade os recursos produzidos pela classe trabalhadora daquela cidade.

Por isso, vejo todos aqui hoje com muita alegria e recebo a manifestação das CDLs. Coloco aqui nosso apoio e também da bancada do Partido Progressista nesta causa. Mas temos muitas outras bandeiras. Não é justo que só o comerciante formal tenha que pagar essa conta, e que o comércio tenha que pagar a conta pelo erro estratégico dos governantes que gastaram no passado e que agora vêm, através de planos econômicos, aumentar impostos e retirar dinheiro do comércio e, assim mesmo, permitir que o comércio ilegal de mercadorias continue percorrendo o nosso estado, causando danos não só ao pequeno comerciante, ao

lojista, mas também à nossa indústria, que também acaba sendo penalizada por isso. Quando há uma operação fiscal em Santa Catarina eles vão em cima do comerciante formal, e quando há comércio informal ficam no prejuízo.

Por isso, essa bandeira merece o apoio e o respeito de todos nós.

Quero dar as boas-vindas, e hoje estaremos, no final da tarde, ajudando todos nesta causa, que é não só do interesse das CDLs e dos comerciantes, mas do interesse de toda Santa Catarina.

Gostaria também de cumprimentar o prefeito de Witmarsum, pois estive naquele município com os deputados Aldo Schneider e Ismael dos Santos, participando de algo difícil de acontecer, pois a tendência maior é que haja fechamento de hospitais e não inauguração. E a pequena cidade de Witmarsum, na manhã desta segunda-feira, entregou um hospital para a comunidade. Vimos que era prioridade, porque lá estava mais de três ou quatro mil pessoas na rua esperando pelo governador Raimundo Colombo e o prefeito Paul Zena para entrega de um pequeno hospital que vai acolher as pessoas.

Por isso, quero aqui parabenizar o município de Witmarsum pelos seus 53 anos de emancipação, pela iniciativa da administração municipal de reabrir um hospital, de inaugurar um hospital com leitos com todo o conforto para receber a sua população.

Merece nesse momento por que passa a saúde de Santa Catarina e do Brasil os nossos parabéns e reconhecimento para a cidade de Witmarsum.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0404/2014, e que o mesmo terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica, também, que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0073/2015; 0075/2015; 0076/2015; 0079/2015.

Ainda comunica que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0019/2015.

Por fim, comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0039/2015; 0041/2015; 0054/2015; 0078/2015; 0115/2015; 0141/2015; 0145/2015 e 0593/2015.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0049/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0095/2010, de autoria do deputado Antonio Aguiar, que dispõe sobre o prazo de postagem dos boletos bancários, documentos de cobrança ou similares, por parte das empresas públicas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos, para consumidores do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, vamos transformar em indicação esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está encaminhado pelo autor o voto "sim".

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim

DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e 01 voto "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0066/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0015/2013, de autoria do

deputado José Nei A. Ascari, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado teste da linguinha, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do Veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, a pedido do autor do projeto de lei que não está neste momento no plenário por razões de ordem particular e outros compromissos, seja retirado de pauta a Mensagem de Veto n. 0066/2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta retirado de pauta, sr. deputado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0068/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0117/12, de autoria do deputado Dado Cherem, que acrescenta o parágrafo único ao art. 4º e altera a redação dos incisos I e III do art. 7º da Lei nº 14.610, de 2009, que dispõe sobre o Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do Veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o governo vetou o projeto com argumento que sustenta, além de ferir a Constituição pela falta de isonomia e tratamento aos municípios sem justificativa jurídica coerente a invasão da competência do poder Executivo ao modificar a destinação das receitas vinculadas na lei. Logo, é

clara a invasão de competência e afronta ao princípio da independência e harmonia dos Poderes.

Por conta disso, o veto com base nos arts. 32 e 50 § II e inciso III da Constituição Estadual.

Portanto o encaminhamento do governo é voto "um", sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no;

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	

DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO
DEPUTADO RICARDO GUIDI sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI
DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim" e 2 votos "não"

Está mantido o veto.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar 0010/2015, de autoria da Mesa Diretora, que altera a Resolução n.001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da Alesc, ambas convalidadas pela Lei Complementar n. 642, de 2015, para o fim de reorganizar a estrutura administrativa, no âmbito da Diretoria de Comunicação Social e da Coordenadoria de Eventos, e dispor sobre a comissão Legal de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação.

Discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim", aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CESAR VALDUGA sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO sim
DEPUTADO DALMO CLARO sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e 2 votos "não".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0170/2015, de origem governamental, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Procuradoria-Geral do estado e do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, FUNDAM.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Sr. presidente, este projeto de lei que havia sido pautado na quarta-feira anterior e, segundo as informações do eminente deputado Aldo Schneider que presidia a sessão naquele dia, haveria esta pauta. No entanto, por um equívoco da secretaria da Fazenda houve a solicitação da retirada da pauta para proceder à retificação da matéria, pois não se tratava do Projeto de Lei n. 0170/2015 que suplementa recursos para a Procuradoria-Geral do estado e também ao Fundam. Portanto, esse equívoco está no outro projeto de lei.

Então, no dia de hoje vamos votar, sr. presidente, mas antes de votar queria também fazer o registro que os recursos para o Fundam serão destinados aos municípios. E acredito, pelo conhecimento que tenho do estado de Santa Catarina, nunca um governo destinou recurso a fundo perdido aos municípios neste montante.

É bem verdade que o governo do estado emprestou o dinheiro do BNDES. Portanto, o estado vai devolver à União, ou seja, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, mas os municípios, deputado Serafim Venzon, vão receber esses recursos e não precisarão devolver. E o critério que o governo usou é porque todos os municípios foram contemplados ou serão contemplados com esses recursos que vamos, certamente, votar e aprovar na tarde do dia de hoje.

Portanto, são mais R\$ 50 milhões, ultrapassando mais de R\$ 500 milhões, meio bilhão de reais, aos municípios catarinenses e, por isso, o nosso encaminhamento é pela aprovação da matéria em favor dos municípios catarinenses, reconhecendo o governo do estado, o governador Raimundo Colombo

que tomou esta decisão, esta atitude para fortalecer os nossos municípios que tanto precisam de recursos.

Portanto, voto "sim".

Voto pela aprovação, sr. presidente.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria, além de dizer que o PSDB vota favorável a este projeto, também destacar que, através deste programa, o governo do estado valoriza todos os municípios de Santa Catarina, com destaque especial para os municípios menores, onde a cota máxima está em torno de R\$ 3 milhões, e a mínima mais de 700 mil. Ou seja, municípios pequenos, com dois, três, quatro, cinco mil, têm até 10 mil. Há mais de 170 municípios de Santa Catarina que, no mínimo, cada um vai receber exatos R\$ 700 mil, além de alguns apoios especiais, que ainda recebem quando têm apoio de algum deputado.

De forma que este recurso, essa suplementação vem completar aquele grande projeto do governo do estado e que é benéfico, vai incentivar todos os municípios, mas preferencialmente os municípios de menor porte.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado José Milton Scheffer)

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero antes de colocar o nosso posicionamento, registrar a presença, nesta Casa, do vereador Juscelino Venâncio, de Pescaria Brava, e também do Izaqueu Borges Mota, vereador do município de Sombrio, que estão tratando de assuntos dos municípios.

Sobre o projeto de lei em questão, do Fundam, eu fui relator na comissão de Finanças e é um

projeto de interesse de Santa Catarina. Além dos 50 milhões que o líder do governo, deputado Silvio Dreveck, colocou aqui, serão utilizados para municípios e para obras estruturantes do porto de Imbituba, do porto de Itajaí, também do porto de São Francisco, bem como diversas rodovias do estado.

Além disso, tem 31 milhões que serão aplicados no pagamento de serviços da Procuradoria-Geral do Estado, e também de precatórios de catarinenses que têm recursos para receber do estado. Por isso, o governador está fazendo uma transferência de recursos para pagamento, também, de serviços e precatórios da Procuradoria-Geral do Estado.

Era isso, sr. presidente.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Gostaria de fazer um registro e cumprimentar o governador Raimundo Colombo porque este, na minha opinião, como já foi dito aqui, é o recurso mais democrático que já vi ser criado pelo setor público deste país.

Realmente, o prefeito precisa de mais recursos, e este recurso realmente vem sanar aquelas dificuldades que as prefeituras têm em manter os seus serviços. Por isso, cumprimento o governo do estado, e faço um apelo para que se reedite novamente esse fundo e que os municípios possam ter acesso.

O Sr. Deputado Vicente Caropreso - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Queria registrar a presença de dois vereadores muito importantes no município de Jaraguá, Zé da Farmácia e Arlindo Rincos, companheiros e pessoas que vieram lutar pelo desenvolvimento do Corpo de Bombeiros Voluntários no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado o projeto em turno único.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2015, de procedência do Ministério Público, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000.

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Está em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim", aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim", nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para às 16h20, quando votaremos o segundo turno e as redações finais das matérias votadas em primeiro turno.

Está encerrada a sessão.